



UNIFAMETRO
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CONCEIÇÃO GABRIELE DA PAZ DE CASTRO
MARIANA KÉSSIA MARTINS BARROS

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARENTAL RESPEITOSA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS

FORTALEZA

2023

CONCEIÇÃO GABRIELE DA PAZ DE CASTRO

MARIANA KÉSSIA MARTINS BARROS

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARENTAL RESPEITOSA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS

Artigo TCC apresentado ao curso de Psicologia da UNIFAMETRO como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.^a Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos.

FORTALEZA

2023

CONCEIÇÃO GABRIELE DA PAZ DE CASTRO
MARIANA KÉSSIA MARTINS BARROS

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARENTAL RESPEITOSA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS

Artigo TCC apresentado ao curso de Psicologia da UNIFAMETRO como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.^a Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos
Orientadora - UNIFAMETRO

Prof.^a Ms. Ticianá Siqueira Ferreira
Membro - UNIFAMETRO

Prof.^o Ms. Aline Gadelha de Almeida Duarte
Membro – UNIFAMETRO

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste estudo: à nossa família e amigos, pelo constante encorajamento, compreensão e suporte ao longo deste processo. À nossa querida orientadora, Prof. Karen Stefanny Crisostomo Ramos, que gentilmente aceitou estar ao nosso lado nessa jornada acadêmica. Agradecemos por toda orientação, apoio e compreensão. Sua dedicação e profissionalismo são admiráveis, e somos gratas por tê-la como mentora. Muito obrigada! Expressamos nossos agradecimentos à Prof. Ticiane Siqueira Ferreira e à Prof. Aline Gadelha de Almeida Duarte, que aceitaram compor a banca de avaliação do nosso TCC. Suas contribuições e insights serão inestimáveis para o aprimoramento deste trabalho. Agradecemos pela disposição em participar desse momento crucial na nossa jornada acadêmica. Aos pesquisadores e autores cujas contribuições formaram a base teórica deste estudo, fornecendo perspectivas enriquecedoras. Por fim, agradecemos a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho, sendo peças-chave em nossa jornada acadêmica.

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARENTAL RESPEITOSA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS
CONTRIBUTIONS OF RESPECTFUL PARENTING TO CHILDREN'S
DEVELOPMENT**

Conceição Gabriele da Paz de Castro¹

Mariana Késsia Martins Barros²

Karen Stefanny Crisostomo Ramos³

RESUMO

Este estudo investigou as contribuições da educação parental respeitosa para o desenvolvimento infantil, abordando práticas que promovem respeito e autonomia. As principais bases teóricas utilizadas estavam situadas nas teorias da disciplina positiva e comunicação não violenta. Através de uma Revisão Bibliográfica Integrativa foram abordados conceitos relacionados à parentalidade, infância e desenvolvimento socioemocional, entre outros, alinhados ao tema. A pesquisa buscou artigos publicados entre 2008 e 2022 nas bases SCIELO, PEPSIC e BVS, utilizando descritores relacionados ao tema. Após uma seleção rigorosa, cinco artigos compuseram a amostra final. Os resultados destacam que práticas parentais respeitadas contribuem positivamente para o desenvolvimento socioemocional, apesar de desafios culturais. Conclui-se destacando a necessidade de políticas públicas incentivando programas de educação parental para promover ambientes saudáveis para o desenvolvimento infantil. A pesquisa, embora tenha enfrentado dificuldades na busca por artigos específicos, ressalta a importância contínua de explorar a temática para aprimorar as práticas parentais.

Palavras-chave: Educação Respeitosa; Práticas Parentais; Criança; Desenvolvimento Infantil.

ABSTRACT

This study investigated the contributions of respectful parenting education to child development, addressing practices that promote respect and autonomy. The main theoretical foundations used were situated in the theories positive discipline and nonviolent communication. Through an Integrative Literature Review, concepts related to parenthood, childhood, and socioemotional development, among others, aligned with the theme, were addressed. The research sought articles published between 2008 and 2022 in the SCIELO, PEPSIC, and BVS databases, using descriptors related to the topic. After a rigorous selection process, five articles composed the final sample. The results highlight that respectful parenting

¹ Graduando do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

² Graduando do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

³ Prof^ª. Esp. do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

practices contribute positively to socioemotional development, despite cultural challenges. It is concluded by emphasizing the need for public policies encouraging parental education programs to promote healthy environments for child development. The research, although faced difficulties in searching for specific articles, underscores the ongoing importance of exploring the subject to enhance parenting practices.

Keywords: Respectful Education; Parenting Practices; Child; Child Development.

1 INTRODUÇÃO

A infância é uma etapa fundamental no desenvolvimento humano, onde frequentemente a família é o primeiro e principal ambiente de socialização da criança. Segundo Andrade *et al.* (2005), nesse contexto, as práticas educativas adotadas pelos pais e responsáveis têm um papel crucial na formação dos valores, comportamentos, habilidades emocionais e cognitivas da criança, elas são atitudes e estratégias que os responsáveis empregam na criação dos seus filhos, visando o estabelecimento de limites e práticas de cuidado. Os pais também atuam como mediadores da socialização com o mundo.

É na primeira infância que ocorre o desenvolvimento das principais habilidades sociais e emocionais, tais como a capacidade de se relacionar com outras pessoas, de regular as emoções e de tomar decisões. Por isso, é importante que as práticas educativas adotadas sejam coerentes com as necessidades e características dessa fase, a fim de promover um desenvolvimento saudável e integral da criança (Del Prette, 2005).

Para Santos (2019) a educação não violenta se baseia em promover uma aprendizagem de forma respeitosa, distanciando-se de práticas opressoras. A prática busca a valorização dos sentimentos, da autonomia e da responsabilidade, que por sua vez são características levadas durante toda a vida.

No entanto, em muitas sociedades, as práticas educativas parentais são marcadas pela violência e punições físicas como forma de disciplina. Tais práticas passam a ser reproduzidas ao longo das gerações pelos pais na criação dos seus filhos não se levando em conta suas implicações no desenvolvimento infantil (Weber *et al.*, 2004).

Carmo e Harada (2006) apontam que o uso da prática educativa violenta é vista como forma de cuidado e uma maneira de regular os comportamentos das crianças. Os autores também destacam que essa visão está ligada a uma condição de aceitação cultural, onde a prática é reconhecida e efetivada como medida disciplinadora. Com isso, solucionaria os problemas considerados como indisciplina a curto prazo, visto que as crianças controlariam seus comportamentos diante das punições sofridas.

As práticas educativas marcadas pela violência vão contra os direitos das crianças, os quais são assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 18-A garante que a criança deve ser cuidada sem uso de castigos físicos, ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção ou disciplina (Brasil, 2014). Conforme Bolsoni-Silva (2002) tais práticas podem ter consequências negativas para o desenvolvimento das crianças, afetando a sua saúde mental e emocional, bem como perpetuando ciclos de violência e reforçando a cultura do autoritarismo em nossa sociedade.

Para Nunes e Sales (2016), o cenário brasileiro aponta que o maior índice de violência física ocorre em crianças na primeira infância, motivado muitas vezes por dificuldades familiares e na relação com a criança, além de descontrole emocional.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral identificar as contribuições da educação parental respeitosa no desenvolvimento de crianças. Entendemos a educação respeitosa, como modos de tratamentos em que a criança é considerada sujeito digno de respeito, empatia e consideração, tendo seu valor individual levado em conta.

Para alcançar esse objetivo, os objetivos específicos incluem: produzir uma reflexão sobre o papel da educação parental que priorize o respeito; analisar práticas e estratégias de educação parental que promovam o desenvolvimento saudável de crianças; problematizar as possíveis consequências de modelos educativos parentais desrespeitosos com as crianças.

Diante dos objetivos descritos, temos a hipótese de ser possível que a prática da educação parental respeitosa ofereça contribuições positivas ao desenvolvimento infantil, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor que estimula habilidades socioemocionais, como a empatia, o respeito mútuo, a capacidade de resolução pacífica de conflitos e o autocontrole.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO PARENTAL AO LONGO DAS GERAÇÕES

A percepção da infância e a abordagem à educação parental têm passado por uma evolução ao longo das gerações. Ariés (1981), um dos pioneiros nesse

campo, argumenta que o conceito de infância não é inato, mas sim uma categoria socialmente construída.

Segundo Ariés (1981, p.156), "na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes". Ou seja, as crianças eram retratadas como adultos em miniatura, compartilhando vestimenta e costumes sem distinção. Não havia tratamento especial nem um mundo separado para a infância, e o conceito de "sentimento de infância" não existia nesse período.

Ao longo do século XX, a abordagem da educação e cuidado com as crianças passou por transformações significativas. Inicialmente, as famílias adotavam práticas educativas moldadas pela religião e pelo modelo de criação que os pais haviam experimentado. Nesse contexto, o controle e a disciplina eram mantidos por meio de punições rigorosas, enquanto elogios e concessões eram concedidos com moderação, muitas vezes sem explicações detalhadas sobre as instruções e proibições (Cassoni, 2013).

De acordo com Ariés (1981), o surgimento do sentimento de infância ocorreu em paralelo ao desenvolvimento do sentimento de família, manifestando-se através da intimidade e do diálogo dentro do âmbito familiar, à medida que a família direcionou sua atenção para a criança. Nesse contexto, a criança assumiu um papel central, passando a ser alvo de amor e educação, tornando essas responsabilidades os alicerces da sociedade.

Segundo Biasoli-Alves (2002), o conhecimento promovido por psicólogos, pediatras e pedagogos exerceu influência sobre as crenças e atitudes em relação à criação de filhos. A orientação passou a ser mais voltada para permitir, sem privar, frustrar ou desencorajar a criança. A autora sugere que os pais enfrentam críticas se exercem alguma forma de autoridade sobre seus filhos, resultando em comportamentos infantis cada vez mais impulsivos e explosivos, o que pode levar a frustrações por parte dos pais e, por consequência, ao uso de estratégias punitivas, tanto físicas quanto verbais, para disciplinar os filhos.

Fernandes (2013) define educar como um processo que visa ajudar indivíduos a desenvolver suas capacidades, fornecendo informações essenciais para enfrentar desafios. A família desempenha um papel crucial no desenvolvimento

infantil, mas a questão da disciplina parental gera debates entre abordagens permissivas e autoritárias.

A abordagem permissiva, segundo Santos (2019), descreve as relações parentais em que os pais impõem poucas responsabilidades à criança, permitindo que ela se autorregule. Atendem a todas as demandas e solicitações de seus filhos, evitando aplicar punições ou contrariar. A abordagem autoritária, é caracterizada por pais que buscam controlar e avaliar o comportamento dos filhos com base em padrões geralmente rígidos. Nesse contexto, a autonomia da criança é frequentemente restringida, e seu ponto de vista tende a ser desconsiderado. Os pais que adotam essa abordagem recorrem comumente a punições (Santos, 2019).

No passado as regras e diretrizes estabelecidas por nossos antecessores para a educação das crianças eram consideradas incontestáveis. Para Gomide (2014), os adultos tinham o direito legítimo de punir e repreender, inclusive com métodos físicos, enquanto aqueles que não disciplinavam seus filhos eram frequentemente criticados e responsabilizados pela sociedade pelos comportamentos indisciplinados das crianças.

Atualmente, Jales Ribeiro, Gomes e Felizardo (2015) delineiam o conceito de parentalidade, considerando a família como o principal agente de socialização da criança. Eles definem a parentalidade como o vínculo que liga duas gerações, onde os pais têm a responsabilidade de garantir a educação e o desenvolvimento de seus filhos. Nesse contexto, os pais têm a responsabilidade de assegurar a educação e desenvolvimento de seus filhos, uma vez que a qualidade da educação parental na infância é fundamental para o desenvolvimento psicossocial da criança e influencia seu comportamento.

2.2 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Com o surgimento da Psicologia como ciência no final do século XIX, as teorias do desenvolvimento infantil ganharam espaço nos estudos psicológicos. No início do século XX, foram estabelecidas as bases das teorias sobre desenvolvimento e aprendizagem, que foram fundamentais nessa área de estudo por décadas.

A teoria de Vygotsky acredita que o sujeito aprende desde o seu nascimento, e o desenvolvimento e aprendizagem ocorrem por meio de interação, dessa forma o sujeito é influenciado pelo meio em que está inserido (Sousa, 2015).

Desse modo, Andrade *et al.* (2005) aponta que a interação da criança com os adultos ou outras crianças têm papel fundamental no estímulo do desenvolvimento adequado no ambiente familiar. Essas interações permitem que a criança estabeleça relações afetivas e sociais, além de desenvolver a percepção do mundo ao seu redor, aprimorando suas relações e desenvolvendo seu próprio ambiente físico e social.

De acordo com Siegel e Hartzell (2020), situações passadas, mal resolvidas, podem afetar o modo como pais se relacionam com os filhos, trazendo divergências e frustrações no relacionamento. As experiências vividas desenham a estrutura cerebral, sendo assim, o desenvolvimento da criança vai ser afetado pela forma que ela foi tratada pelos seus cuidadores.

Os autores ainda falam sobre o modo baixo e o modo alto de processamento cerebral, onde existe a diferença ao lidar com situações conflituosas. O modo de baixo processamento pode ser provocado por gatilhos, onde situações retornam às experiências vividas no passado. Esse modo traz inflexibilidade, onde será muito difícil que quando adulto, o sujeito consiga agir com acolhimento (Siegel; Hartzell, 2020).

Dessa maneira, a criança que vivencia situações na infância, onde os responsáveis não conseguem agir com acolhimento, ensinando a criança lidar com a irritabilidade, tristeza e frustração podem ter o modo de processamento baixo ativado, ao vivenciar na fase adulta, situações que remetem as mesma vividas na infância (Siegel; Hartzell, 2020).

Já o modo de processamento alto fala sobre a capacidade de processar informações de forma consciente, gerando a reflexão sobre as atitudes, trazendo as melhores escolhas para cada situação. Dessa maneira entende-se que crianças que estão em ambientes que não geram traumas, ou ambientes acolhedores, quando adultos, têm maior capacidade para lidar com situações conflituosas, pois na infância conseguiram entender como poderiam lidar com as situações que podem gerar desconforto (Siegel; Hartzell, 2020).

Santos (2019) aborda que as crianças acreditam ser o centro do mundo e que tudo gira ao redor delas, mas que isso faz parte de uma das etapas do desenvolvimento. Dessa forma cabe ao adulto cuidador dar os direcionamentos para que essa criança entenda sua importância e seu lugar, ensinando que faz parte de uma comunidade.

Diante disso, percebe-se que a aprendizagem e desenvolvimento de habilidades socioemocionais e comportamentais na infância é moldado pelo ambiente em que a criança está inserida, assim como as práticas educacionais que a ela são ofertadas.

2.3 EDUCAÇÃO RESPEITOSA: CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA POSITIVA E DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.

A educação parental desempenha um papel primordial na formação e preparação das crianças para a vida em comunidade. Para Mondin (2008) características como flexibilidade e criticidade são atributos que a sociedade contemporânea busca em seus sujeitos, entretanto nem sempre são habilidades desenvolvidas dentro das práticas parentais exercidas na educação com crianças.

As práticas educativas parentais vêm se modificando ao longo do tempo, contudo, sempre com o objetivo de fazer com que a criança realize aquilo que o adulto a propõe, mantendo ou abandonando comportamentos.

A Disciplina Positiva, contribui significativamente para a prática educativa parental respeitosa. Segundo Nelsen (2016), ela promove o respeito mútuo e a partilha de responsabilidades, colocando o adulto como facilitador da interação da criança com o mundo, para que assim possam se desenvolver com autonomia e motivação.

Entretanto, conforme Santos (2019), quando os cuidadores se colocam como autoridade máxima, não dando a chance de a criança apresentar seus desejos, faz com que a criança não consiga entender suas próprias necessidades, assim não sendo capazes de resolvê-las.

Nelsen (2016) fala que a Disciplina Positiva é a maneira de educação parental que defende ferramentas firmes e gentis, onde o foco é a resolução de problemas. Na Disciplina Positiva, encoraja-se os comportamentos considerados positivos, deixando de lado as punições. Com a aplicação da prática, o relacionamento entre

pais e filhos tende a ser mais pacífico e é promovido sentimentos de confiança e segurança.

É comum perceber interpretações diversas sobre o conceito de disciplina, por exemplo, em geral a disciplina é confundida com autoritarismo. Siegel e Bryson (2016) apontam que a palavra disciplina se refere a ensinar, dar instruções e tem sua origem da palavra discípulo, que significa aprendiz. Dessa forma disciplinar uma criança não é colocada como o sujeito a ser punido por comportamentos contrários a seu responsável, mas sim, como alguém que precisa de ensinamentos para que possa desenvolver suas habilidades.

Conforme observado pelos autores, nenhuma estratégia de criação de filhos é infalível, uma vez que cada criança é um indivíduo único. No entanto, todas essas abordagens compartilham um objetivo comum a curto prazo, que é evitar comportamentos indesejados ou inaceitáveis, muitas vezes tornando-se a principal meta dos cuidadores (Siegel; Bryson, 2016).

Por outro lado, existe um segundo objetivo, de alcance a longo prazo, que é ensinar às crianças como lidar com situações conflituosas, promovendo resiliência e desenvolvendo sua habilidade de lidar com frustrações. Essa abordagem visa minimizar a perda de controle emocional em momentos de crise (Siegel; Bryson, 2016).

Uma das características utilizadas para uma educação respeitosa é a Comunicação Não-Violenta, que conforme Almeida e Fanton (2021) se baseia na empatia, compaixão, atenção e respeito, tanto com o próximo, como consigo mesmo. Dessa maneira se torna parte importante do desenvolvimento da identidade de forma integral, ajudando na autoconfiança e segurança.

Rosenberg (2003) explica que a Comunicação Não-Violenta é uma abordagem que visa promover a resolução de conflitos através do respeito mútuo, empatia, sendo assim, de maneira pacífica, não sendo utilizados julgamentos ou críticas.

A Comunicação Não-Violenta se baseia em quatro pilares, sendo eles a observação das situações sem julgamentos, o segundo a expressão dos sentimentos, sem culpabilizar outros, o terceiro a identificação das necessidades reconhecendo levando em conta as próprias necessidades e as necessidades do

outro e por fim o pedido claro que atenda as necessidades de maneira construtiva e positiva (Rosenberg, 2003).

Além disso, a Comunicação Não-Violenta também parte da interpretação das situações vividas por antes das tomadas de decisões. Essa interpretação é fundamental para a execução da Comunicação Não-Violenta, tendo em vista a resolução de conflitos de forma pacífica. A abordagem auxilia a identificar as próprias necessidades, além das necessidades do outro, construindo assim um relacionamento mais harmonioso e construtivo (Almeida; Fanton, 2021).

Com isso, a Comunicação Não-Violenta utilizada nas práticas educativas auxilia no processo de autodesenvolvimento, proporcionando um ambiente empático, construído por meio do afeto, resultando em segurança e confiança (Almeida; Fanton, 2021).

3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma Revisão Bibliográfica Integrativa, a qual permite a análise conjunta de informações de caráter teórico e empírico, mantendo um alto rigor científico. Isso possibilita a comparação e a fusão de estudos de naturezas diversas. Para conduzi-la, é fundamental seguir um conjunto de etapas que garantam rigor metodológico na busca por evidências relacionadas a um tema específico (Pierson *et al.*, 2019).

Para a formulação seguimos as seguintes etapas ressaltadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): (1) definição do tema, da hipótese e objetivos da revisão, (2) definição de critérios de inclusão e exclusão de artigos, (3) definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados, (4) avaliação dos estudos incluídos, (5) interpretação dos resultados, (6) apresentação da revisão.

Para nortear esta pesquisa, formulou-se a seguinte questão: Como a prática da educação parental respeitosa pode contribuir positivamente para o desenvolvimento de crianças?

Para a escolha dos artigos, consultamos três bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando em diferentes combinações os descritores: 'infância', 'educação parental', 'estilos parentais',

‘práticas parentais’, ‘parentalidade’, ‘parental’, ‘parentais’, ‘criança’, ‘criação’, ‘educação com respeito’ e ‘desenvolvimento infantil’. Dessa forma, o objetivo foi ampliar o escopo da pesquisa, a fim de reduzir eventuais vieses nesta etapa do processo de elaboração da revisão integrativa.

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para a presente revisão foram: artigos com recorte temporal entre 2008 e 2023, com o objetivo de abranger uma extensão temporal que permitisse a inclusão de uma variedade de estudos relacionados ao tema, no idioma português, com os resumos disponíveis nas bases de dados; artigos relacionados à educação respeitosa parental; artigos que apresentavam práticas educativas parentais; artigos que abordavam diretamente o tema do desenvolvimento infantil; artigos envolvendo crianças; ensaios clínicos randomizados e estudos de coorte.

Como critérios de exclusão, optamos por não incluir textos fragmentados, artigos em língua estrangeira, dissertação de mestrado, tese de doutorado, capítulos de livros e artigos que não estivessem acessíveis na íntegra no propósito de assegurar que a amostra de artigos fosse coesa e representativa, oferecendo resultados confiáveis para a pesquisa.

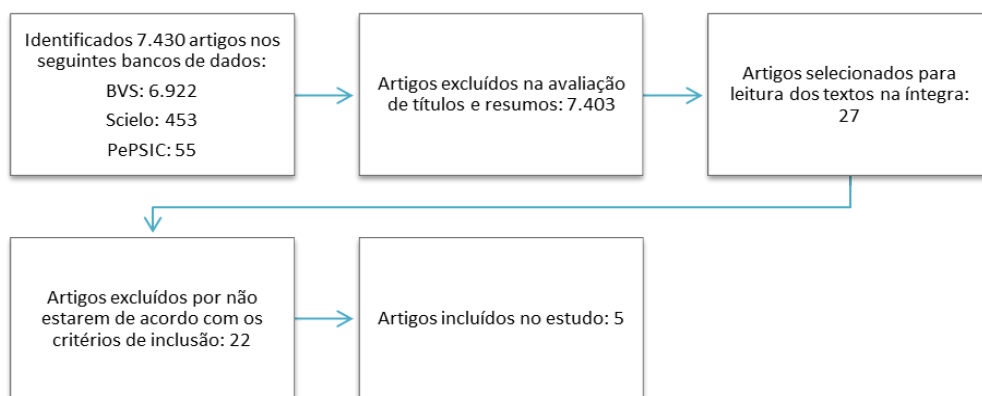
O método de pesquisa foi iniciado com a seleção de artigos a partir da busca em bases de dados científicas especificadas, seguida da leitura dos títulos e resumos relacionados aos objetivos deste estudo. Posteriormente, foram lidos na íntegra os artigos selecionados, escolhendo aqueles que estavam em consonância com o referencial teórico utilizado como base.

Inicialmente, 7.430 artigos foram identificados (6.922 no BVS, 453 no Scielo e 55 no PePSIC), contudo foram selecionados 27 artigos (12 no BVS, 8 no Scielo e 7 no PePSIC) que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos: artigos nos últimos 15 anos, na língua portuguesa, que abordavam as práticas educativas parentais e o desenvolvimento infantil. Após a leitura dos textos na íntegra, 22 artigos foram excluídos, pois mesmo incluindo os critérios mencionados anteriormente, não demonstraram relevância para a proposta, pois não abordavam o foco na temática.

Com base nesse processo, 5 artigos (4 no BVS e 1 no PePSIC) foram incluídos como amostra final. Os artigos incluídos abordaram de maneira abrangente as práticas educativas parentais com foco na educação respeitosa, evidenciando

contribuições específicas para o desenvolvimento infantil. O processo de seleção pode ser observado a seguir na Figura 1.

Figura 1: Fluxograma da metodologia.



Fonte: Autoria própria.

O quadro 1 a seguir exibe os artigos escolhidos, fornecendo descrições precisas de cada um, destacando suas principais informações como plataforma de pesquisa, título, autores, ano de publicação e objetivos.

Quadro 1: Artigos científicos selecionados nas bases de dados.

Nº DO ARTIGO	PERIÓDICO (base de dados)	ARTIGO (título do artigo)	AUTORES	ANO (publicação)	OBJETIVOS
1	(BVS) Biblioteca Virtual em Saúde	Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida.	Alvarenga, Patrícia; Piccinini, Cesar Augusto;	2009	Investigar as relações entre as práticas educativas maternas e indicadores dos problemas de externalização e da competência social em crianças aos 30 meses de vida.
2	(BVS) Biblioteca Virtual em Saúde	Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao	Patias, Naiana Dapieve; Siqueira, Aline Cardoso;	2013	Aprofundar o conhecimento sobre as práticas educativas parentais como risco e proteção ao

		desenvolvimento dos filhos.	Dias, Ana Cristina Garcia;		desenvolvimento dos filhos a partir de uma revisão não sistemática da literatura sobre as estratégias educativas parentais.
3	(BVS) Biblioteca Virtual em Saúde	A parentalidade em foco com grupos de pais: o relato de uma experiência.	Bortolatto, Mariana de Oliveira; Loos, Victória Niebuhr; Delvan, Josiane da Silva;	2017	Relato de experiência com grupo de pais onde teve o objetivo de desenvolver habilidades parentais.
4	(BVS) Biblioteca Virtual em Saúde	Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos.	Mondin, Elza Maria Canhetti;	2008	(a) analisar as práticas educativas na família e seus impactos no desenvolvimento infantil; (b) considerar o contexto familiar integrado aos contextos mais amplos (econômico, cultural, político e social); c) sugerir uma rede de suporte às famílias, auxiliando os pais no desenvolvimento das funções de paternidade e maternidade para promover e favorecer a autonomia do núcleo familiar, no seu conjunto.
5	(PePSIC) portal de	Práticas parentais positivas e programas de	Guisso, Luciane; Bolze, Simone	2019	Caracterizar programas de treinamento de mães e pais,

	Periódicos Eletrônicos de Psicologia	treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura	Dill Azeredo; Viera, Mauro Luis		utilizados para a promoção de práticas parentais positivas na primeira infância, especificamente aquelas destinadas a pais de crianças de zero a sete anos de idade, com desenvolvimento típico.
--	--------------------------------------	---	---------------------------------	--	--

Fonte: Autoria própria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução da concepção da infância, ao longo dos séculos, provocou mudanças nas práticas de cuidado e educação destinadas às crianças. Assim, a visão que comparava as crianças a pequenos adultos tratando-os como tais, sem o cuidado e atenção especial necessária, passam por uma reformulação.

Ao analisar os estudos relacionados aos cuidados exercidos pelos pais para o desenvolvimento integral de seus filhos e os estilos parentais existentes, percebeu-se que as práticas utilizadas como forma de educação, tem grande reflexo no desenvolvimento socioemocional das crianças.

A partir dos artigos escolhidos foram separadas três temáticas de acordo com os objetivos estabelecidos, com o intuito de fornecer uma discussão clara sobre os aspectos relacionados aos cuidados parentais e uma melhor discussão e diálogo entre os artigos.

4.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARENTAL RESPEITOSA

O artigo 3, discorre que o ambiente familiar é o primeiro local de aprendizado, onde são construídas as compreensões de valores, regras e atitudes, além de comportamentos aceitáveis ou não. Dessa maneira, a família se torna responsável por ensinar as crianças a reconhecerem seus sentimentos e se expressarem da maneira adequada, valorizando e validando comportamentos positivos (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

Em concordância no artigo 2, as autoras colocam a família como principal fonte de socialização, onde as crianças aprendem e desenvolvem seus comportamentos. As autoras ainda falam que práticas positivas, como comunicação e afeto, tornam-se práticas importantes para um desenvolvimento saudável (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

Os pais têm a necessidade de possuírem comportamentos aceitáveis socialmente para que eles possam promover nos filhos comportamentos apropriados e aceitos pela sociedade. Dessa maneira, a família torna-se fonte de proteção ao desenvolvimento saudável, ao incentivar por meio de exemplo, atitudes consideradas positivas (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

As autoras apontam que algumas práticas educativas podem estar auxiliando o desenvolvimento saudável de crianças. A educação por meio de explicações objetivas, onde os pais apresentam o que esperam dos comportamentos dos filhos, fazendo com que as crianças de forma voluntária possam mudar suas atitudes, colaboram para o desenvolvimento da autonomia, capacidade de regulação dos comportamentos, além do desenvolvimento moral, que diz respeito a seguir regras e obedecer (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

No mesmo entendimento, no artigo 1, os autores trazem que os comportamentos assertivos das crianças, são reforçados a partir de atitudes de autorização de sua autonomia, ou seja, o apoio a autonomia e a orientações assertivas, podem contribuir para o desenvolvimento de competências sociais, como a capacidade de interagir e conviver com terceiros (Alvarenga; Piccinini, 2009).

As autoras no artigo 2, apontam que a relação entre pais e filhos, deve ser de confiança, onde as crianças podem refletir sobre seus comportamentos sem que isso seja assimilado ao fracasso. Dessa forma, quando a criança percebe que assim como quem está a orientando, suas opiniões também são importantes, participando assim de uma relação baseada no respeito mútuo, ela passa a cooperar com maior facilidade (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

Além disso, os autores no artigo 1 e 2, abordam que o afeto e suporte emocional podem ser auxiliares contra o aparecimento de problemas no comportamento. Sendo assim, os autores entendem que afeto e limites, auxiliam no desenvolvimento (Alvarenga; Piccinini, 2009; Patias, Siqueira; Dias, 2013).

No artigo 5, os autores citam que as práticas positivas têm despertado o interesse dos pais, devido aos resultados efetivos para o desenvolvimento infantil (Guisso; Bolze; Viera, 2019). O artigo 4 complementa que o papel da família deve ser o de oferecer condições que levem a criança ao desenvolvimento integral. Isso implica na busca de estratégias que visem a prevenção de práticas educativas negativas, que possam gerar déficits para as crianças a curto, médio e longo prazo (Mondim, 2008).

4.2 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PARENTAL QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE CRIANÇAS

A promoção do desenvolvimento saudável de crianças por meio de práticas e estratégias de educação parental é uma jornada enriquecedora que afeta não apenas o presente, mas também o futuro das crianças. Assim, o artigo 4 cita que é de grande relevância o papel parental diante dos novos modos sociais encontrados atualmente (Mondim, 2008).

De acordo com o artigo 2, certas práticas educativas têm o potencial de atuar como elementos protetores no processo de desenvolvimento. Os fatores protetores são condições ou variáveis capazes de mitigar os efeitos dos fatores de risco. Esses fatores protetores modificam, aprimoram ou influenciam a resposta do indivíduo em ambientes desafiadores, reduzindo a propensão a consequências mal adaptativas (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

As autoras destacam como exemplos desses fatores protetivos, as características individuais da criança, como autoestima e autonomia, as dinâmicas familiares, incluindo afetividade e a ausência de negligência, e os aspectos do contexto, como o suporte oferecido pela escola (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

No que diz respeito às características familiares, certas práticas educativas parentais emergem como fatores de proteção para o desenvolvimento humano. Por exemplo, abordagens que incorporam uma vigilância mais intensa, promovem vínculos afetivos sólidos e estabelecem limites são reconhecidas como elementos que resguardam o indivíduo do desenvolvimento de problemas comportamentais e a baixa autoestima (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

Nesse contexto, a disciplina indutiva, que protege o desenvolvimento, envolve explicação clara e mudança voluntária no comportamento da criança, comunicando o desejo dos pais por alterações. Isso promove o desenvolvimento moral, autonomia e autorregulação. Os filhos criados assim percebem cuidados, reduzindo sentimentos negativos e minimizando a probabilidade de resultados indesejáveis no desenvolvimento (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

No estudo das autoras, abordou-se a importância de duas dimensões fundamentais no relacionamento entre pais e filhos, a responsividade e a exigência. Essas dimensões foram identificadas como elementos essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

A dimensão positiva da responsividade, que inclui elementos como atenção, comunicação, carinho e afeto, está associada a melhorias no bem-estar psicológico, autoestima e autoconfiança em crianças. A presença de afetividade nesse vínculo facilita o processo educacional, tornando os indivíduos mais receptivos às técnicas disciplinares. A afetividade tem papel crucial na construção de um ambiente emocionalmente seguro e no fomento do desenvolvimento da empatia em relação aos outros (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

A dimensão da exigência, vinculada ao desenvolvimento de competências, reflete altos índices de desempenho e obediência, associados a baixos problemas de comportamento. Esta abordagem, envolvendo monitoria, supervisão e controle, destaca a prática educativa que combina explicação e firme controle, direcionando a atenção para as consequências das ações da criança, como instrumento para promover comportamentos desejáveis e autonomia. Capacitando o indivíduo a autorregular seu comportamento em situações futuras e internalizar normas sociais cruciais para a convivência em sociedade (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

Práticas educativas positivas, como afeto, amor e atenção, não pressupõem a "predominância da ideologia do amor", na qual os pais abstêm-se de impor limites e frustrar seus filhos. Pelo contrário, tais práticas incluem igualmente o estabelecimento de limites, regras, controle e monitoria, que são fundamentais para o desenvolvimento humano (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

No artigo 3, as autoras reforçam essa perspectiva ao apontar que estilos parentais participativos, envolvendo afeto e comprometimento, são considerados os mais adequados para o desenvolvimento infantil. Essa abordagem não apenas

delineia os limites necessários, mas também valoriza as opiniões dos filhos, destacando a importância de uma integração equilibrada entre apoio emocional e estrutura para promover um desenvolvimento saudável (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

Segundo a autora, no artigo 4, os pais acreditam que seus filhos se sentem amados quando têm liberdade para fazer o que desejam. No entanto, estabelecer limites saudáveis e razoáveis, pode ser considerado a maneira de transmitir amor. Crianças que não têm esses limites ou orientações delineadas podem apresentar dificuldades de concentração, estabelecimento de amizades e relacionamentos (Mondim, 2008).

No artigo 2, as autoras falam sobre a criação de um ambiente afetivo que favorece a construção de relações harmoniosas entre os membros familiares, facilitando a superação de desentendimentos. Assim, gestos como abraços, carinho e beijos são poderosos inibidores de comportamentos agressivos. Demonstrando aos filhos que são valorizados, amados e capazes, os pais desempenham um papel fundamental, promovendo o crescimento feliz (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

As autoras também ressaltam a importância de os pais estarem interessados pelos filhos, destacando a disponibilidade para ajudá-los na resolução de conflitos e celebrar suas vitórias. O artigo 5, complementa essa perspectiva, argumentando que o desenvolvimento de práticas parentais de maior qualidade contribui para proporcionar às crianças condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Dessa forma, a atenção e o envolvimento dos pais se tornam peças-chave na promoção do bem-estar e do desenvolvimento de seus filhos (Guisso; Bolze; Viera, 2019).

Os artigos 3, 4 e 5, destacam a necessidade de se pensar em intervenções com pais para que se possa abrir espaço para modos positivos de se educar crianças, de maneira a dar apoio para as famílias que possuem dificuldades em praticar a educação de maneira respeitosa e ser suporte na continuação de práticas educativas positivas (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017; Guisso, Bolze; Viera 2019; Mondin, 2008).

4.3 CONSEQUÊNCIAS DE MODELOS EDUCATIVOS PARENTAIS DESRESPEITOSOS COM AS CRIANÇAS

Os estilos parentais, muitas vezes passados ao longo das gerações, podem gerar danos ao desenvolvimento infantil, trazendo consequências ao longo da vida. No artigo 4, a autora descreve que práticas autoritárias não são positivas atualmente, visto que além das regras ditadas pelos pais, as crianças também irão copiar os comportamentos negativos que são expostos a elas (Mondim, 2008).

No artigo 3, durante a pesquisa das autoras com um grupo de pais, onde se buscava desenvolver habilidades positivas, constataram que a maior parte dos pais participantes entendia quais comportamentos eram os mais adequados nos tratamentos com os seus filhos, mas ainda sim praticavam comportamentos considerados inadequados (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

As autoras no artigo 2, apontam que práticas punitivas são repassadas como forma de correção, entretanto os pais estão passando para seus filhos modelos de violência, onde as crianças passam a normalizar e perceber a agressividade como a maneira correta para resolver seus conflitos (Patias; Siqueira; Dias, 2013).

Assim, as autoras apontam que as práticas coercitivas têm diversos efeitos negativos, como o desenvolvimento de medo, ansiedade, baixa autoestima e a reprodução de comportamentos socialmente não aceitáveis. Neste mesmo entendimento, no artigo 3, aponta que a relação autoritária com as crianças, faz com que os mesmos desenvolvam poucas habilidades sociais (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

O artigo 4, aponta que punições geram sentimentos negativos e tendem a inibição de comportamentos, dificultando a adaptação social das crianças, sendo empecilho na construção de relacionamentos saudáveis e elaboração de soluções para acontecimentos desagradáveis (Mondim, 2008).

No artigo 1, os autores trazem a permissividade como um fator negativo ao desenvolvimento infantil, colocando a prática como reforçadora de comportamentos considerados ruins. Os autores abordam através de suas pesquisas que crianças que são educadas de maneira permissiva, tendem a não aprender a lidar com as frustrações, assim como também não entendem quais limites não devem ultrapassar (Alvarenga; Piccinini, 2009).

Entender e respeitar os desejos e necessidades da criança é diferente de atender a todos estes de forma imediata para que a criança não precise lidar com

frustrações. Desse mesmo modo, no artigo 3, aponta que os pais que deveriam impor os limites necessários, tem dificuldade em interditar as vontades dos filhos, se colocando como encarregados de suprir os desejos das crianças (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

Com isso, pode-se criar um ambiente fantasioso para esses sujeitos, onde se tem tudo que se deseja, fazendo com que as crianças não consigam desenvolver de maneira suficiente a tolerância à frustração e autonomia, além de habilidades sociais menos desenvolvidas (Bortolatto; Loss; Delvan, 2017).

Dessa maneira entende-se que é necessário a busca por equilíbrio, onde a família encontre condições que venham estimular as crianças a desenvolverem habilidades sociais necessárias para o desenvolvimento integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia a importância de se pensar o modo em que as crianças estão sendo tratadas ao longo das gerações, pois nem sempre foram vistas como sujeitos dignos de uma educação respeitosa. Cabe aqui destacar, que tratamentos desrespeitosos contra adultos, mulheres e idosos não são tolerados pela sociedade. No entanto, quando se trata da educação de crianças, as práticas autoritárias e punitivas muitas vezes são percebidas como forma de cuidado. Dessa forma, é importante que a sociedade como um todo pense e reavalie as práticas parentais que a permeiam, visto à responsabilidade social na promoção de ambientes saudáveis para o desenvolvimento infantil.

Além disso, é essencial a implementação de políticas públicas, que incentivem programas de educação parental, onde proporcionem para pais e responsáveis a ampliação das maneiras de cuidado e possibilitem práticas parentais mais conscientes e respeitosas. Os resultados obtidos, os quais foram fundamentais para a construção desta pesquisa, se mostraram suficientes para responder às questões levantadas e atingir os objetivos propostos. Porém, é importante salientar que durante as buscas por artigos que abordassem as contribuições da prática parental respeitosa no desenvolvimento infantil, encontrou-se dificuldades em obter estudos que viessem de encontro ao tema. Entende-se que essa dificuldade pode

estar ligada a desvalorização de práticas parentais que percebam a criança como sujeito detentor de respeito.

Com isso, faz-se necessário novos estudos sobre a temática, com o intuito de gerar reflexão sobre os modos de tratamentos com as crianças, além de buscar estratégias que visem orientar pais e responsáveis pela criação de seus filhos, buscando contribuir não apenas para o desenvolvimento das crianças no presente momento, mas também de gerações futuras.

Diante do exposto, é incontestável a relevância desta pesquisa para nós, futuras psicólogas, pois ela lança luz sobre um aspecto fundamental no âmbito da psicologia infantil e das práticas parentais. Assim, esta pesquisa não só enriquece nossa formação acadêmica, mas também nos inspira a ser agentes de mudança na promoção de relações mais respeitadas e saudáveis entre adultos e crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. A.; SANTOS, D. N.; BASTOS, A. C.; PEDROMÔNICO, M. R. M.; ALMEIDA-FILHO, N.; BARRETO, M. L. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 606–611, ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000400014>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ALMEIDA, A. A.; PARDO-FANTON, C S. **Comunicação Não-Violenta Na Educação Infantil: O Desenvolvimento Socioemocional**. Bauru: Monografia (Iniciação Científica em Pedagogia) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisagrado.edu.br/bitstream/handle/108/1/COMUNICA%C3%87%C3%83O%20N%C3%83O-VIOLENTA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%3A%20O%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIOEMOCIONAL>. Acesso em: 18 out..

ALVARENGA, P.; PICCININI, C. A. Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 191–199, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200004>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. A Questão da Disciplina na Prática de Educação da Criança no Brasil, ao Longo do Século XX. **Veritati**, v. 2, n. 2 p. 243-259, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001294420>. Acesso em: 15 set. 2023.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 227–235, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200004>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BORTOLATTO, M. DE O.; LOOS, V. N.; DA SILVA DELVAN., J. A Parentalidade em Foco com Grupos de Pais: o relato de uma experiência. **Psicologia Argumento**, v. 35, n. 89, p. 1–22, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-72142>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Lei 8.069. 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

CARMO, C. J. DO.; HARADA, M. DE J. C. S. Physical violence as educational practice. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, p. 849–856, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600004>. Acesso em: 20 set. 2023.

CASSONI, Cynthia. **Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-14122013-105111/publico/MESTRADO_CYNTHIA_CASSONI.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, num. Esp., p. 45–54, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

FERNANDES, Fabiana Aguiar. **Educação parental: Aplicação de um programa**. Madeira: Universidade da Madeira, 2011.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

GUISSO, L.; BOLZE, S. D. A.; VIERA, M. L. Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 12, n. 1, p. 226-255, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v12n1/v12n1a11.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JALES-RIBEIRO, E.; GOMES, M. M.; FELIZARDO, S. Parentalidade e estilos educativos: Perspectivas de pais e crianças (educação pré-escolar). **Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación**, v. 5., 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.19/5591>. Acesso em: 18 out. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 4, n.17, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 9 nov. 2023.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicologia argumento**, v. 26, n. 54, p. 233-244, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2008/vol26/no54/6.pdf>. Acesso em: 18 out.. 2023.

MOTA, Márcia Elia. Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. **Temas em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 105-111, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X200500020003. Acesso em: 17 abr 2023.

NELSEN, Jane. **Disciplina positiva**. 3. ed. Barueri: Manole, 2016.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V.. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871–880, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>. Acesso em: 27 set. 2023.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DIAS, A. C. G. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 29–40, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PIERSON, A. H. C. et al. Contribuições da Revisão bibliográfica para embasar a compreensão da educação científica no âmbito de um projeto de pesquisa. *Indagatio didactica*, v. 11, n. 2, p. 233–252, 2019. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/5941>. Acesso em: 29 set. 2023.

RIBEIRO, Lady Daiane Martins; SILVA, Renata Limongi França Coelho; CARNEIRO, Ludimila Vangelista. Vygotsky e o desenvolvimento infantil. In: NEVES, Adriana Freitas et al. **Estudos interdisciplinares em humanidades e letras**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 1-559. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/completo.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2023.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

SALTINI, Cláudio J. P. **Afetividade & inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.

SANTOS, Elisama. **Educação não violenta: Como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

SANTOS, A. D. R. **A percepção de mãe, pais e responsáveis sobre conflitos escolares e suas formas de enfrentamento**. Universidade Estadual Paulista -

Unesp. Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.ibilce.unesp.br/Home/PosGraduacao475/ensinoeprocessosformativos5360/caderno_resumos_2018.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

SIEGEL, D. J.; HARTZELL, M. **Parentalidade consciente: como o autoconhecimento nos ajuda a criar nossos filhos**. São Paulo: nVersos Editora, 2020.

SIEGEL, D. J.; BRYSON T. P. **Disciplina sem Drama** São Paulo: nVersos Editora, 2016.

SILVA, Lygia Maria Pereira. Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Recife: **EDUPE**, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

SOUSA, J. F.; SAOUSA, I. B.; DIAS, E. C. S. Piaget e Vigotski e suas contribuições na psicologia da aprendizagem. **Anais II Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID3528_08092015200041.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

VEYNE, Paul. **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <https://h1aboy.files.wordpress.com/2015/04/historia-da-vida-privada-1-do-imp3a9rio-romano-ao-ano-mil.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

WEBER, L. N. D.; PRADO, P. M.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 323–331, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300005>. Acesso em: 19 abr. 2023.